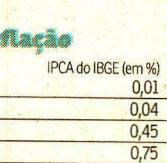
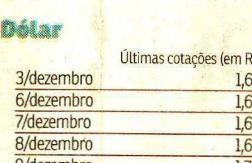


Economia

16 • CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, domingo, 12 de dezembro de 2010



CONJUNTURA

O crescimento da economia brasileira será recorde em 2010, com um salto de quase 8%, mas o desempenho não se repetirá a partir de 2011. Um cenário externo desfavorável, somado à alta da inflação e dos juros, e a gastos públicos elevados, ameaça a prosperidade

Expansão será menor com Dilma

» LUCIANO PIRES
» VICTOR MARTINS

Se 2010 entrará para a história como o ano em que a economia brasileira mais cresceu depois de quase um quarto de século, 2011 é uma incógnita. Ao contrário do que ocorreu até agora, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas do país) nos níveis esperados estará muito mais atrelada ao cenário externo e às soluções articuladas pelo futuro governo para resolver problemas domésticos. No retrovisor da presidente eleita, Dilma Rousseff, estão a crise na Europa, a lenta recuperação dos Estados Unidos e o insaciável apetite chinês por produtos e serviços. Internamente, a ameaça inflacionária, os juros em alta, o câmbio tibubeante e os gastos correntes nas alturas são os nós a serem desatados.

Para cumprir o que prometeram ao eleitor, a sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva e sua equipe terão de fazer esforços redobrados. Apesar de invejável, o "pibão" deste ano — que chegará perto dos 8% — não vai contribuir muito para uma arrancada tão expressiva a partir de janeiro. O carry-over, ou seja, o avanço da atividade considerando a hipótese de crescimento nulo em 2011, será de 1,4%. Em 2010, o empurrão recebido de 2009 foi de 2,7%. Nas contas dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, o PIB do próximo ano deverá ficar entre 4,5% e 5%. As últimas projeções de mercado cravam a taxa de 4,5%.

Zeina Latif, economista-sênior do Royal Bank of Scotland para a América Latina, diz que os desafios são gigantescos. Ajustes na política fiscal e um redirecionamento de prioridades, adverte a analista, são primordiais. "O empresário vai investir por duas razões: a primeira, se houver financiamento; a segunda, se perceber que existe infraestrutura e um ambiente favorável para negócios, com baixa burocacia", justifica. "Estamos na direção dos avanços. Difícil é saber qual a velocidade. Não sei qual será a agenda de reformas do próximo governo. Não sei quanto ele vai ser ambicioso na política fiscal. As sinalizações têm sido favoráveis."

O consenso entre os economistas é que, para fazer o país crescer de forma sustentada, Dilma será obrigada a promover um severo controle de gastos e a melhorar a eficiência

dos investimentos. Cortes no Orçamento, promessas de redução das verbas de custeio e até o melhor aproveitamento de recursos voltados ao investimento já vêm sendo anunciamos pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega — que continuará no cargo —, como forma de preparar o terreno. O atual governo costura ainda um megapacote de incentivos ao financiamento privado de longo prazo, o que inclui desonerações, mais prazos e facilidades ao tomador do crédito. Tudo para retirar dos ombros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o peso de ser praticamente o único agente financeiro a apoiar, por meio de linhas baratas e elásticas, os grandes projetos, sobretudo, de infraestrutura.

A fórmula ideal é conseguir diminuir os gastos correntes em proporção do PIB e, em contrapartida, aumentar a participação dos investimentos. "É preciso reduzir também o déficit nominal. Enquanto isso não for feito, nossa necessidade de financiamento continuará a crescer", completa Silvio Campos Neto, economista-chefe do Banco Schain. Os obstáculos, no entanto, não se resumem ao que está à vista de todos, adverte. Para ele, alavancar a poupança interna bruta é estratégico. "Se quiser acelerar o crescimento, a poupança precisa estar em patamar elevado", diz Campos Neto, que projeta em 22% do PIB o tamanho da economia doméstica a ser perseguida pelo Brasil.

Freia e acelera

De julho a setembro, o PIB avançou 0,5% em relação aos três meses anteriores. Sobre igual período de 2009, o terceiro trimestre saltou 6,7%. Comparado ao primeiro semestre de 2010, o resultado captado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciou a desaceleração aguardada pelos analistas desde março. A performance tímida frente aos saltos de 2,3% e de 1,8% apurados no primeiro e no segundo trimestres foi explicada pelo fraco desempenho da indústria, que sentiu o baque dos estoques elevados e das importações recordes, encolhendo 1,3% frente o trimestre passado.

As apostas dos especialistas são de que em 2011 as fábricas não vão reagir à altura. Com a produção e o emprego avançando a passos lentos,

a locomotiva do PIB tem tudo para continuar sendo o consumo das famílias, que cresce a 28 trimestres consecutivos. A expectativa do mercado é de que, diante dos riscos inflacionários, o futuro governo deve-rá pisar no freio dos gastos públicos. O funcionalismo não terá reajustes no próximo ano e os ministérios vão apertar o cinto com passagens, diárias e aluguéis. Nem as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vão escapar de cortes e remanejamentos.

Prognóstico ruim

José Márcio Camargo, professor do Departamento de Economia da PUC-RJ e economista da Opus Gestão de Recursos, acredita que a demanda continuará aquecida, influenciada principalmente pelas importações. A seu ver, a fragilidade da indústria será compensada pelo vigor do setor de serviços. Camargo considera graves os problemas fiscais que afligem países europeus como Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia e não descarta um novo colapso bancário com efeitos globais. Para ele, porém, o Brasil está em situação tranquila. "Existe o risco, mas é pouco provável. Ao menor sinal, os bancos centrais vão agir, como fizeram em 2008."

Com o repique de preços fugindo do controle já em 2010, a preocupação geral é saber ao certo quais serão as consequências sobre a economia no próximo ano. Os prognósticos para os primeiros meses são negativos, tanto que o Banco Central guarda na manga uma elevação dos juros básicos (Selic) de pelo menos 0,5 ponto percentual em janeiro — atualmente a taxa está em 10,75% ao ano.

A inflação em 2010 flerta com o patamar de 6%. Em 2011, as projeções apontam para 5,5%. Mas tanto neste ano como no próximo, o centro da meta definido pelo governo é de 4,5% — com variação de dois pontos percentuais para cima ou para baixo. Camargo chama a atenção para as negociações em torno do aumento do salário mínimo que, dependendo do desfecho, poderão definir o nível de comprometimento do próximo governo com o equilíbrio das contas públicas. "Acho que daqui a 45 dias as expectativas de inflação podem estar bem acima da meta. O BC terá de aumentar os juros", reforça.

